

DOI: [10.46943/VIII.CONEDU.2022.GT10.037](https://doi.org/10.46943/VIII.CONEDU.2022.GT10.037)

PROFISSIONAL DE APOIO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL: MAPEAMENTO DE PUBLICAÇÕES CIENTÍFICAS

Maria Leandra de Siqueira Ferreira

Mestranda do Curso de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, leandrasiqueir@hotmail.com;

MunIQUE Massaro

Docente do Departamento de Habilitações Pedagógicas e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, munique@ce.ufpb.br

RESUMO

O presente trabalho se insere na temática acerca do profissional de apoio escolar na Educação Infantil, que é pessoa que exerce atividades de alimentação, higiene e locomoção da criança com deficiência e atua em todas as atividades escolares nas quais se fizer necessária. O objetivo da pesquisa é compreender como as publicações científicas abordam as ações educativas do profissional de apoio escolar, com o foco na Educação Infantil. Trata-se de uma pesquisa com abordagem qualitativa, do tipo bibliográfica. Para a busca dessas publicações foi utilizado o *Portal Scientific Electronic Library Online* (SciELO), o Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), o Catálogo de Teses e Dissertações da Capes e a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações. Não foi utilizado nenhum parâmetro cronológico e como palavra-chave se utilizou “profissional de apoio escolar” ou “profissional de apoio”. Em um segundo momento da coleta de dados, foi utilizada as palavras “profissional de apoio escolar na Educação Infantil” para se fazer uma busca de trabalhos acadêmicos no mecanismo virtual de pesquisa do Google

Acadêmico. Para a análise dos dados coletados foi utilizada a Análise de Conteúdo. Os resultados apontaram que há pesquisas que abordam a temática de uma maneira ampla, com foco nas legislações e na função do profissional de apoio escolar para apoiar a inclusão do aluno com deficiência na escola. Além disso, as pesquisas com foco na Educação Infantil evidenciaram que o profissional de apoio escolar representa um suporte para a inclusão da criança com deficiência, agindo como mediador entre a criança e as relações sociais, mas que se faz necessária a definição clara dos papéis dos profissionais da educação para o desenvolvimento efetivo da criança com deficiência.

Palavras-chave: Profissional de apoio escolar, Inclusão, Educação infantil.

INTRODUÇÃO

No cenário mundial, assim como no Brasil, ocorreram diversos movimentos em prol da defesa de uma educação de qualidade que contemple a todos independente de fatores que se caracterizem enquanto diferenças, como o caso de pessoas que apresentam algum tipo de deficiência física ou cognitiva que por muito tempo ao longo da história foram excluídas, segregadas e marginalizadas na sociedade.

A partir desses movimentos em prol de uma educação que incluía a todos(as) passam a ser pensados e elaborados documentos e políticas pautadas na perspectiva do movimento de inclusão das pessoas com deficiência. Entretanto, nos inquieta o fato de que apesar dos avanços de políticas, leis e normativas na perspectiva da inclusão, no ambiente escolar ainda são encontradas diversas lacunas em sua efetivação.

Em âmbito nacional, surgem diferentes políticas, leis e normativas voltadas para o público da educação especial, esse processo é resultante das lutas de pessoas e movimentos da sociedade organizados em defesa do acesso, permanência e qualidade de ensino, com fins para a garantia da aprendizagem e formação social de todos. Vale ressaltar ainda, que a política denominada de educação inclusiva, foi constituída de forma mais expressiva a partir do ano de 2003, no governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), resultando no período citado e até os dias atuais no aumento do número de matrículas na rede pública de ensino dos alunos(as) com deficiência, onde anterior a essa data ocorria a predominância de seu atendimento educacional em instituições privadas.

Com uma maior inserção dos alunos(as) com deficiência matriculados na rede pública de ensino, cresce a necessidade de mudanças e adequações, por parte da escola e dos seus profissionais, a fim de oferecer respostas práticas a demanda da educação pautada no modelo de inclusão. Nesse cenário, entre leis e normativas, observa-se o surgimento da figura do profissional de apoio escolar, ele se apresenta como um reforço para auxiliar os alunos(as) com deficiência.

Considera-se esse profissional como um “ganho” para educação especial, no entanto, percebe-se que muitas vezes, este não

possui tanta clareza sobre sua atuação, seja no âmbito institucional da escola ou no acompanhamento junto aos alunos(as).

Em que pese o aumento de matrículas de alunos com deficiência, bem como a conseqüente importância do profissional de apoio no cotidiano escolar, detecta-se um certo crescimento e aprofundamento das pesquisas que focam este profissional e sua atuação como objeto de estudo. Essas iniciativas são fundamentais para entender todo o contexto que cerca esse momento, pois produzem uma gama de reflexões, ao mesmo tempo que inauguram novas perspectivas de atuação.

Diante disso, surge a seguinte pergunta: Como vem sendo abordadas nas produções científicas as ações educativas do profissional de apoio escolar, com o foco na Educação Infantil?

Assim, o objetivo geral da pesquisa é compreender como as publicações científicas abordam as ações educativas do profissional de apoio escolar, com o foco na Educação Infantil. Para isso, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos: Conhecer e analisar como as publicações científicas vem abordando as ações educativas do profissional de apoio escolar na Educação Infantil.

Acredita-se que esta pesquisa possa vir a contribuir para a ampliação das discussões acerca das ações educativas do profissional de apoio escolar junto a educação das crianças com deficiência na Educação Infantil.

EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSÃO

A trajetória da educação para a pessoa com deficiência é marcada pelos movimentos de luta em defesa de uma educação que contemple a todos, nesse contexto diferentes paradigmas surgiram e influenciaram as políticas educacionais, como o da segregação (escolas especiais, classes especiais, professores especiais), da integração (pessoas com deficiência em escola comum, em classe comum, as pessoas precisavam se adaptar a esse contexto) e a inclusão (no qual a escola se adapta para incluir o aluno). Esta última na atualidade aparece para muitos como um desafio, pois se dispõe a superar práticas excludentes que se fizeram presentes ao longo da trajetória das pessoas com deficiência. Segundo a

Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva:

O movimento mundial pela educação inclusiva é uma ação política, cultural, social e pedagógica, desencadeada em defesa do direito de todos os alunos de estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação. A educação inclusiva constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação à ideia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola. (BRASIL, 2008, p. 5).

Não se trata de tarefa fácil educar na perspectiva da inclusão, contudo torna-se imperioso superar paradigmas que excluam as pessoas com deficiência, construindo assim meios para se efetivar uma educação promotora do respeito as diferenças, bem como o acesso, a permanência e a qualidade do processo de ensino e aprendizagem.

De acordo com Sasaki (1997, p. 167) “a inclusão significa que a sociedade deve adaptar-se às necessidades da pessoa com deficiência para que esta possa desenvolver-se em todos os aspectos de sua vida”. Para que esse desenvolvimento ocorra de forma plena, se faz necessária a superação dos paradigmas anteriores que discriminavam e oprimiam os ditos diferentes. Com isso, se torna latente a necessidade de ressignificar as práticas educativas já existentes e ampliar o olhar para a construção de outras formas de agir diante das ações educativas direcionadas aos alunos(as) com deficiência.

Nessa direção os estudos de Carvalho (2013) apontaram que uma das tarefas a ser realizada no âmbito educacional é a eliminação de qualquer barreira que comprometa a inclusão social da pessoa com deficiência e a identificação dos fatores que possam garantir a acessibilidade de todos no espaço escolar. De acordo com a autora:

O que se pretende a educação inclusiva é remover barreiras, sejam elas extrínsecas ou intrínsecas aos alunos, buscando-se todas as formas de acessibilidade

e de apoio de modo a assegurar (o que a lei faz) e, principalmente, garantir (o que deve constar dos projetos políticos-pedagógicos dos sistemas de ensino e das escolas e que deve ser executado), tomando-se as providências para efetivar ações para o acesso, ingresso e permanência bem-sucedida na escola (p. 73)

Em concordância com a autora, compreende-se a importância do conhecimento sobre as leis e políticas, embora se saiba o quanto é vasto o universo de documentos fundantes e jurídicos acerca da educação especial na perspectiva da educação inclusiva no Brasil e no mundo, dentre eles: Declaração Mundial de Educação para todos (1990); Declaração de Salamanca (1994), Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (1990); Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (1996); Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008); Lei Brasileira de Inclusão à Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015). É chamada a atenção aqui para alguns desses instrumentos pelo fato de abordarem o atendimento educacional especializado, bem como o profissional de apoio escolar, objetos de interesse deste trabalho.

PROFISSIONAL DE APOIO ESCOLAR

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, representa grande avanço no contexto da educação brasileira, em seu capítulo V, traz as providências para a educação especial, que é estabelecida como modalidade de ensino a ser oferecida preferencialmente na rede regular de ensino (BRASIL, 1996). Entretanto, é na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, onde ficam definidas as orientações para o ensino inclusivo no Brasil.

Nesse documento, fica definido que o atendimento educacional especializado, tem por função colaborar para a participação plena dos alunos, levando em consideração suas especificidades e complementando e/ou suplementando o ensino regular. O Atendimento Educacional Especializado – AEE visa a consolidação do processo de ensino-aprendizagem, o qual deverá ser realizado, prioritariamente na sala de recursos multifuncionais (BRASIL, 2009, art. 3º e 5º), em

parceria com os professores das salas regulares de ensino. Ressalta também que é de responsabilidade dos sistemas de ensino:

(...) disponibilizar as funções de instrutor, tradutor/intérprete de Libras e guia-intérprete, bem como de monitor ou cuidador dos estudantes com necessidade de apoio nas atividades de higiene, alimentação, locomoção, entre outras, que exijam auxílio constante no cotidiano escolar. (BRASIL, 2007, p. 13).

Em complemento, destaca-se ainda a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), nessa lei salienta-se sobre a inserção do profissional de apoio na equipe escolar, na qual as atribuições do profissional de apoio estão ligadas diretamente as atividades de alimentação, locomoção e higiene do estudante com deficiência, podendo também atuar “sempre que necessário, em todas as atividades escolares, tanto em instituições públicas quanto privadas”. (BRASIL, 2015, p. 16). Em ambas as leis são feitas menções ao profissional de apoio escolar de forma similar ao indicar sua função. Sobre esse respeito Lima (2018) indicou que:

A presença do profissional cuidador/monitor é parte integrante dos documentos oficiais que configuram a política educacional na perspectiva da inclusão escolar. As definições acerca da função variam de acordo com a perspectiva política e educacional presente em cada documento. (2018, p. 109).

Nas leis citadas o profissional de apoio escolar aparece como uma alternativa para dar auxílio ao educando com deficiência, contudo sua função não só irá variar de acordo com a perspectiva política e educacional presente em cada documento, mas também na forma que cada município irá tratar nos documentos locais sobre esse respeito.

Outro aspecto relevante é que a profissão do cuidador escolar (profissional de apoio escolar) ainda não é regulamentada na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Com isso, esse profissional não tem associação classista, nem sindicato. “As questões sobre o perfil profissional e a qualificação necessária para assumirem seus

postos de trabalhos ficam a critério das instituições que prestam seus serviços” (LIMA, 2018, p. 118).

A partir do exposto, compreende-se que as leis se constituem como importantes instrumentos para se atingir o cumprimento da educação pautada na perspectiva da inclusão.

Mas que para além das leis, é preciso que seus pressupostos se façam presentes na escola, tanto na garantia de estrutura física adequada, mobiliário, na formação e valorização dos profissionais, como nas ações educativas e práticas pedagógicas que são construídas nesse espaço.

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NO ESPAÇO ESCOLAR

A escola é um importante local de formação, e este é composto por diferentes sujeitos, com diversas concepções e leitura de mundo, onde nessa diversidade são formados também outros sujeitos, a partir das ações educativas e das práticas pedagógicas desenvolvidas coletivamente no espaço escolar. Desse modo, concebe-se as práticas pedagógicas em seu sentido amplo, baseada na práxis, como ressaltou Souza (2006, p. 19):

Supõe-se que a prática pedagógica é um lócus de realização da educação. Um lócus em que se realiza a educação de forma coletiva e organizada seja no espaço escolar ou extra-escolar. Encara-se a prática pedagógica como uma ação coletiva, como uma práxis. Uma ação coletiva específica, dentro do fenômeno social mais amplo que é a educação.

Em consonância com Souza (2006), entende-se que a concepção de prática pedagógica, quando pensada sob esse olhar, caracteriza-se como práxis pedagógica, em seu sentido amplo. Sob esse aspecto, Oliveira (2009, p. 20) evidenciou em seus estudos, a prática pedagógica como “[...] uma ação social ampla e intencional, entendendo-a como práxis, ou seja, ação imbuída de significados e intencionalidades, gerida e desenvolvida a partir da participação com os educandos e para os educandos”. Em sendo assim, se faz essencial a reflexão sobre a práxis, como nos esclareceu Freire (1987, p. 21):

A *práxis* [...] é reflexão e ação dos humanos sobre o mundo para transformá-lo. Sem ela, é impossível a superação da contradição opressor oprimido. Desta forma, esta superação exige a inserção crítica dos oprimidos na sociedade opressora, com que objetivando-a, simultaneamente, atuam sobre ela.

Visa-se com isso, a superação de ações e práticas individualizadas e excludentes, no intuito de estabelecer o diálogo entre o corpo escolar para o desenvolvimento de ações coletivas e práticas pedagógicas pautadas nos princípios da inclusão, que valorizem as diferenças e inclua a todos sem distinção. Nesse sentido, concorda-se com Mantoan (2003, p. 80) quando ela explicou que “ensinar, na perspectiva inclusiva, significa ressignificar o papel do professor, da escola, da educação e de práticas pedagógicas que são usuais no contexto excludente do nosso ensino, em todos os seus níveis”.

Constitui-se como um grande desafio educar na diversidade e para a inclusão de todos, entretanto é preciso que o corpo escolar se mobilize e se organize para isso, essa é uma exigência dos pressupostos da educação inclusiva. Os documentos legais existem para orientar as políticas e as leis, mas efetivá-las depende também dos sujeitos, nesse caso, dos profissionais que compõem e geram sentido ao espaço escolar.

EDUCAÇÃO INFANTIL

O conceito de Educação Infantil vem sofrendo alterações ao longo da história, a educação para crianças era direcionada prioritariamente as famílias, onde estas deveriam cuidar e educar. Com o passar do tempo este entendimento foi sendo modificado e atribuída também a instituição escolar a responsabilidade pela educação da criança. Ao longo dos anos e devido também as mudanças ocorridas culturalmente e socialmente, foram sendo elaborados políticas e leis que visassem a garantia e a promoção social da infância, onde a criança passou a ser vista enquanto um sujeito de direitos.

No Brasil, no tocante aos documentos legais a respeito da Educação Infantil a década de 90 representou um período importante. Um fato relevante aconteceu a partir da garantia de atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis

anos de idade. Dentre outros aparatos normativos, devem-se destacar a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Esse último documento, além de outros aspectos, determina que a Educação Infantil seja parte integrante do Sistema Educacional Brasileiro, constituindo a primeira etapa da Educação Básica. Tem-se ainda o Estatuto da Criança e do Adolescente-ECA, de 1990, constituindo-se como um documento importante que visa o respeito e a garantia dos direitos da criança e o do adolescente.

A Educação Infantil caracteriza-se como uma fase importante da vida e do desenvolvimento das crianças e possui características próprias para essa faixa-etária. A educação infantil constitui-se como um direito de todas as crianças, onde nenhuma delas pode ser deixada de fora, inclusive as que possuem alguma deficiência. A sociedade e mais especificamente a educação deve dispor de meios para garantir não apenas a sua inserção, mas uma educação que possibilite seu cuidado e aprendizagem propiciando seu pleno desenvolvimento.

METODOLOGIA

Considerando a abordagem qualitativa como a mais indicada para o objetivo dessa investigação, o presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa do tipo bibliográfica, pois visa identificar o conhecimento disponível sobre o assunto (GIL, 2002). Foi feita uma busca em diferentes sites para fins de compreender como as publicações científicas abordam as ações educativas do profissional de apoio escolar, com o foco na Educação Infantil.

Assim sendo, a referida pesquisa foi realizada junto aos seguintes portais acadêmicos: o *Portal Scientific Electronic Library Online* (SciELO), o Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), o Catálogo de Teses e Dissertações da Capes e a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações. A escolha por esses portais de pesquisa deveu-se a sua importância e relevância na busca por trabalhos realizados com um viés acadêmico na área de educação infantil e educação especial.

Na pesquisa, optou-se por não utilizar nenhum parâmetro cronológico e como palavra-chave se utilizou em primeiro momento “profissional de apoio escolar” ou “profissional de apoio”. Em um segundo momento da coleta de dados, foi utilizada as palavras “profissional de apoio escolar na Educação Infantil” para se fazer uma busca de trabalhos acadêmicos no mecanismo virtual de pesquisa do Google Acadêmico.

Após a realização da coleta dos dados, estes foram sistematizados de modo qualitativo, com base na análise de conteúdo da teoria de Bardin (1977) e sintetizada por Triviños (1987), ou seja, a pré-análise, a descrição analítica e a interpretação inferencial.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações foram encontradas sete dissertações de mestrado, descritas a seguir pelo ano corresponde e a quantidade, a saber: 2011 (1), 2016 (1), 2017 (1), 2018 (2), 2019 (1) e 2020 (1), e uma tese de doutorado do ano de 2020. Cujos títulos e os resumos indicam que a abordagem foi direcionada especificamente ao “profissional de apoio escolar”, dado esse que pôde ser constatado por meio da leitura dos trabalhos.

Percebeu-se que ocorreu uma certa abrangência nos temas, ao serem relacionados a conteúdos diversos, tais como: o profissional de apoio escolar e as políticas públicas de educação; o profissional de apoio escolar e a educação inclusiva; a formação do profissional de apoio escolar para atuar junto a crianças com autismo no ensino regular; a comunidade colaborativa virtual, enquanto uma possibilidade de formação; a formação desse profissional, de maneira mais ampla; a precarização do trabalho com alunos(as) na educação especial; e o trabalho colaborativo.

Outro dado que chamou atenção, embora não fosse a terminologia estabelecida para a busca dos trabalhos, que apareceram também nos resultados, em alguns títulos das dissertações e tese os termos “monitor”, “cuidador”, “mediador” e “acompanhante”, como outras formas de nomenclatura para esse profissional, foi localizado um trabalho com cada termo, relativo aos anos de 2016, 2020 e 2019, respectivamente.

Esse dado desperta interesse, pelo fato de evidenciar uma variação na maneira como esse profissional vem sendo nomeado. Optou-se nesta pesquisa por adotar a nomenclatura de “profissional de apoio escolar” por ser o termo utilizado prioritariamente em leis, documentos e políticas direcionadas a educação especial. Em relação a abordagem desse profissional nessas pesquisas, estão relacionadas ao olhar sobre sua formação e atuação, bem como, as políticas públicas de inclusão escolar.

O trabalho de Fonseca (2016) teve como objetivo conhecer como ocorria a atuação do profissional de apoio/monitor no contexto de uma escola da rede privada de ensino do município de Santa Maria. A autora apontou que os referidos profissionais reconhecem que a sua função na escola extrapola o que a lei determina, como o apoio à higiene, locomoção e alimentação. Esclarece que essa função não envolve profissão regulamentada, mas caracteriza-se como uma função a ser desempenhada no contexto educacional, que poderia ser desenvolvida por profissionais de diferentes áreas, por não se constituir enquanto um campo de saber específico.

O trabalho de Lopes (2018) teve por objetivo descrever e analisar o perfil e a atuação do profissional de apoio escolar em diferentes contextos municipais. A autora faz uso do termo “Profissional de Apoio à Inclusão Escolar” (PAIE) para designá-lo. Os resultados dessa pesquisa, por um lado, apontam a importância desse profissional, mas por outro lado, indica a preocupação com a maneira que esse profissional vem sendo utilizado pelas políticas de inclusão escolar, dada a precarização da profissão.

Embora, esse profissional também seja abordado em outras pesquisas na referida plataforma de busca, essa abordagem ocorre de maneira secundária, onde ele aparece como parte da equipe responsável pelo atendimento aos alunos(as) com deficiência. Nesse caso, atrelado ao AEE – Atendimento Educacional Especializado, ou apenas como parte integrante dos profissionais que trabalham na escola, sem que ocorra um aprofundamento sobre aspectos importantes, tais como: formação (inicial e continuada), a sua atuação no cotidiano, as práticas pedagógicas e ações educativas desenvolvidas, a articulação entre os diferentes sujeitos com esse profissional, etc.

No Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), ao realizar a busca com os termos “profissional de apoio escolar” ou “profissional de apoio”, foram localizados com o primeiro descritor 6 trabalhos e com o segundo, 43 trabalhos científicos, alguns deles em duplicidade ou abordando outras temáticas diversas. Desse quantitativo de trabalhos, os que estavam direcionados ao objeto da pesquisa foram 10, relativos aos anos de: 2014 (1), 2020 (4), 2021 (3), 2022 (2). O critério de escolha desses trabalhos se deu com base na aproximação com o objeto de estudo, verificado a partir de sua leitura.

Os referidos trabalhos selecionados nessa base de pesquisa abordam o profissional de apoio escolar, relacionando-o com temas como: as políticas públicas de educação; a educação inclusiva; a precarização do trabalho do profissional de apoio escolar. Assim como ocorreu em parte, com os dados localizados na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, inclusive alguns desses trabalhos puderam ser localizados nas duas plataformas.

Como dito anteriormente, ocorre uma aproximação e mesmo uma repetição dos trabalhos seja na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, seja no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), embora nessa última, pôde-se observar o surgimento de outros temas relacionados ao profissional de apoio, tais como: o profissional de apoio escolar como mediador da tecnologia assistiva; a inclusão escolar de crianças com necessidades específicas e sua relação com o profissional de apoio escolar; e o papel dos profissionais de apoio escolar na educação infantil.

Um desses artigos foi encontrado na *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, Araraquara, v. 16, n. esp.4, p. 3122–3137, 2021, sob a autoria de Melo e Queiroz.

O artigo de Melo e Queiroz (2021) teve por objetivo discutir sobre as possibilidades de atuação do cuidador de estudantes com deficiência, como mediador da Tecnologia Assistiva (TA) no contexto escolar. São utilizados os termos profissional de apoio e cuidador. No percurso da pesquisa foi realizada a entrevista, aplicado o questionário com 46 cuidadores, e feita a observação participante.

Os resultados da pesquisa apontaram para a necessidade de uma maior articulação entre os cuidadores, profissional do AEE e

professores da sala de aula regular, na perspectiva de desenvolver um trabalho colaborativo entre eles, pois de acordo com a autora, o que ocorre são ações isoladas na escola.

Com relação a Tecnologia Assistiva (TA), os cuidadores a veem como um serviço, que não acontece apenas na sala de aula regular ou no atendimento feito pelo professor do AEE, mas em todos os outros momentos de vivência dos(as) alunos(as), ressaltando ainda mais a sua importância no processo comunicativo, que poderia ser mais potencializado através do trabalho colaborativo. É indicado também a necessidade de investimentos na formação e no aperfeiçoamento profissional dos cuidadores.

Outro desses artigos foi encontrado na *Revista Zero-a-seis*, vol. 24, 2022, p. 769- 793, Pará, v. 24, p. 769-793, 2022, sob a autoria de Costa e Vilaronga.

O artigo de Costa e Vilaronga (2022) estabeleceu como objetivo identificar os papéis atribuídos e desempenhados pelos profissionais de apoio escolar em um município do estado do Pará, em instituições de educação infantil. Para isso, foram realizadas entrevistas, tanto individuais, como com grupos focais. A autora aponta a existência de dois grupos de profissionais de apoio escolar, um de mediadores, e o outro de cuidadores, esclarecendo que a existência de ambos, são justificadas em normativa municipal. Relata também o pouco envolvimento desses profissionais com a educação infantil, embora atuem nesse contexto.

Um outro artigo foi localizado na *Revista de estudos em educação e Diversidade*, vol. 2, n. 6, p. 1-15, 2021, de autoria de Gandra, Santos e Nogueira (2021).

O referido artigo teve como objetivo analisar aspectos da inclusão educacional e social, a partir de estudo feito sobre a relação do Atendimento educacional especializado e as crianças com necessidades específicas que estudam em escolas de ensino regular. Foi utilizada a entrevista e o questionário com os sujeitos da pesquisa, que são os profissionais de apoio escolar.

Os resultados da pesquisa chamam a atenção para alguns pontos que precisam ser melhor geridos, tais como: uma formação mais completa voltada para a área da inclusão, aos profissionais da escola, e uma maior participação da família junto a educação de seus filhos(as). Ressalta também a importância desse profissional

junto a educação das crianças, e indica que a inclusão deve ser trabalhada de forma multidisciplinar na escola.

Já no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), a busca foi realizada, mas apresenta dados parciais devido à instabilidade do sistema. Ao utilizar os termos “profissional de apoio escolar” ou “profissional de apoio”, apareceu como resultado 18.548 trabalhos no total, dessa quantidade foi possível verificar 2.340, dos quais 9 se referiam especificamente ao profissional de apoio escolar, dentre esses trabalhos 8 são dissertações de mestrado e 1 tese de doutorado, segue a quantidade e o ano das publicações: 2016 (1), 2017 (1), 2018 (1), 2019 (2), 2020 (1), e 2021 (3).

Nesses trabalhos o profissional de apoio escolar estava relacionado as seguintes temáticas: A atuação do profissional de apoio escolar; as políticas públicas de educação especial na perspectiva da inclusão; profissional de apoio escolar e práticas colaborativas; o profissional de apoio na rede estadual de ensino de Minas Gerais; o profissional de apoio no processo de escolarização de alunos com transtorno do espectro autista (TEA); formação do profissional de apoio no atendimento de crianças com autismo no ensino regular.

Outros trabalhos apareceram na busca, onde esse profissional era nomeado como “cuidador” e também como “monitor” em trabalhos diferentes. Fato que se tornou repetitivo nas plataformas de busca da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, como no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Além dos trabalhos citados, outros apresentavam a nomenclatura de “professor de apoio”, entretanto, eles correspondem ao professor da sala de recursos multifuncionais, ou professor de AEE, como é conhecido no cotidiano escolar.

Em um segundo momento da coleta de dados, foi utilizada as palavras “profissional de apoio escolar na Educação Infantil” para se fazer uma busca de trabalhos acadêmicos no mecanismo virtual de pesquisa do Google Acadêmico. No qual não foi encontrado nenhum registro com o termo descrito. Assim como também ocorreu, no primeiro momento da pesquisa, com a busca realizada no *Portal Scientific Electronic Library Online* (SciELO), onde não foi encontrado nenhum resultado para os termos “profissional de apoio escolar” ou “profissional de apoio”.

Os resultados apontaram que há pesquisas que abordam a temática de uma maneira ampla, embora tenha se notado, que em sua maioria, estejam principalmente direcionadas ao estudo sobre as legislações e sobre a função do profissional de apoio escolar para apoiar a inclusão do aluno com deficiência na escola.

Além disso, outro aspecto importante que pôde ser percebido é que as pesquisas com foco na Educação Infantil evidenciaram que o profissional de apoio escolar representa um suporte importante para a inclusão da criança com deficiência, agindo como mediador entre a criança e as relações sociais, mas que se faz necessária a definição clara dos papéis dos profissionais da educação para o desenvolvimento efetivo da criança com deficiência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreende-se a importância de Leis e Políticas para dar sustentação a um modelo de educação pautado na perspectiva da inclusão de todos(as) sem distinção. Embora o Brasil, tenha avançado nesse sentido e elaborado documentos legais, percebe-se ainda a necessidade de um maior direcionamento e esclarecimento sobre a função que deve assumir e desempenhar o profissional de apoio escolar, como por exemplo, a profissionalização e regulamentação desse serviço, assim como, aspectos que possibilitem sua formação para atuar com o público-alvo da educação especial de modo a contribuir na formação desses sujeitos.

Nessa direção, sentiu-se também a necessidade de um maior número de pesquisas científicas que abordassem o profissional de apoio escolar junto a educação infantil, esse dado se apresentou como um fato preocupante, pois o profissional de apoio escolar não atua apenas no ensino fundamental e médio, mas atua também na educação infantil, junto as crianças com deficiência. Dito isso, pretende-se com a pesquisa poder contribuir para uma maior reflexão acerca do profissional de apoio escolar na educação infantil.

REFERÊNCIAS

ASSEMBLÉIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades especiais**. Brasília: UNESCO, 1994.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BRASIL. **Estatuto da criança e do adolescente no Brasil**. Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990. Brasília: Congresso Nacional, 1990 b.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Brasília, DF, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-A2018/2015/lei/l13146.htm Acesso em: 04 jan. 2021.

BRASIL. MEC/SEESP. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeduc ESPECIAL.pdf> Acesso em: 20 jan. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. LDB 9.394, de dezembro de 1996.

CARVALHO, Rosita Edler. **Educação Inclusiva: com os pingos nos "is"**. Porto Alegre, Editora Mediação, 2013.

COSTA, J. D. V da; VILARONGA, C.A.R. **Papéis dos profissionais de apoio escolar na educação infantil em um município do Pará**. Zero-a-seis, Pará, v. 24, p. 769-793, 2022.

FONSECA, Manoela. **Das Políticas Públicas De Inclusão Escolar à Atuação Do Profissional De Apoio/monitor**. 2016. Disponível em: Descrição: Das políticas públicas de inclusão escolar à atuação do profissional de apoio/monitor (ibict.br). Acesso em: 20 nov. 2022.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

GANDRA, V. B. B; SANTOS, I. T.R.; NOGUEIRA, K. R. Inclusão educacional e social: Crianças com necessidades específicas e relação com profissionais de apoio. **Revista De Estudos Em Educação E Diversidade - REED**, v. 2, n. 6, p. 1-15, 2021. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/reed/article/view/7991>. Acesso em: 30 nov. 2022.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LIMA, Leidy Jane Claudino de. **Cuidadores escolares e inclusão educacional: uma análise das políticas públicas que regulam o trabalho do cuidador na escola**. 2018. 219f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2018.

LOPES, Mariana Moraes. **Perfil e atuação dos Profissionais de Apoio à Inclusão Escolar**. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação Especial) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2018. Disponível em: Descrição: Perfil e atuação dos profissionais de apoio à inclusão escolar (ibict.br). Acesso em: 20 nov. 2022.

MANTOAN, Maria Teresa Égler. **A inclusão escolar: O que é? Por quê? Como Fazer?** Campinas, Editora Moderna, 1994.

OLIVEIRA, Keila Souza de. **A prática pedagógica nos anos iniciais do ensino fundamental para alunos com deficiência**. 2009. 185 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009.

QUEIROZ, F. M. M. G. de; MELO, M. H. da S. Profissional de apoio como mediador da tecnologia assistiva no ambiente escolar. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 16, n. esp.4, p. 3122–3137, 2021. DOI: 10.21723/riaee.v16iesp.4.16071. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/16071>. Acesso em: 1 dez. 2022.

SASSAKI, R. K. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. 8. ed. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SOUZA, João Francisco de. **E a Filosofia da Educação: quê?! A Reflexão filosófica na Educação como um Saber Pedagógico**. 1 ed. Recife: Editora Bagaço, 2006.

TRIVINÔS, A. N.S. **A pesquisa qualitativa em educação:** introdução à pesquisa em Ciências Sociais. São Paulo: Atlas. 1987.

UNESCO. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos: plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem.** UNESCO, Jontiem/Tailândia, 1990.